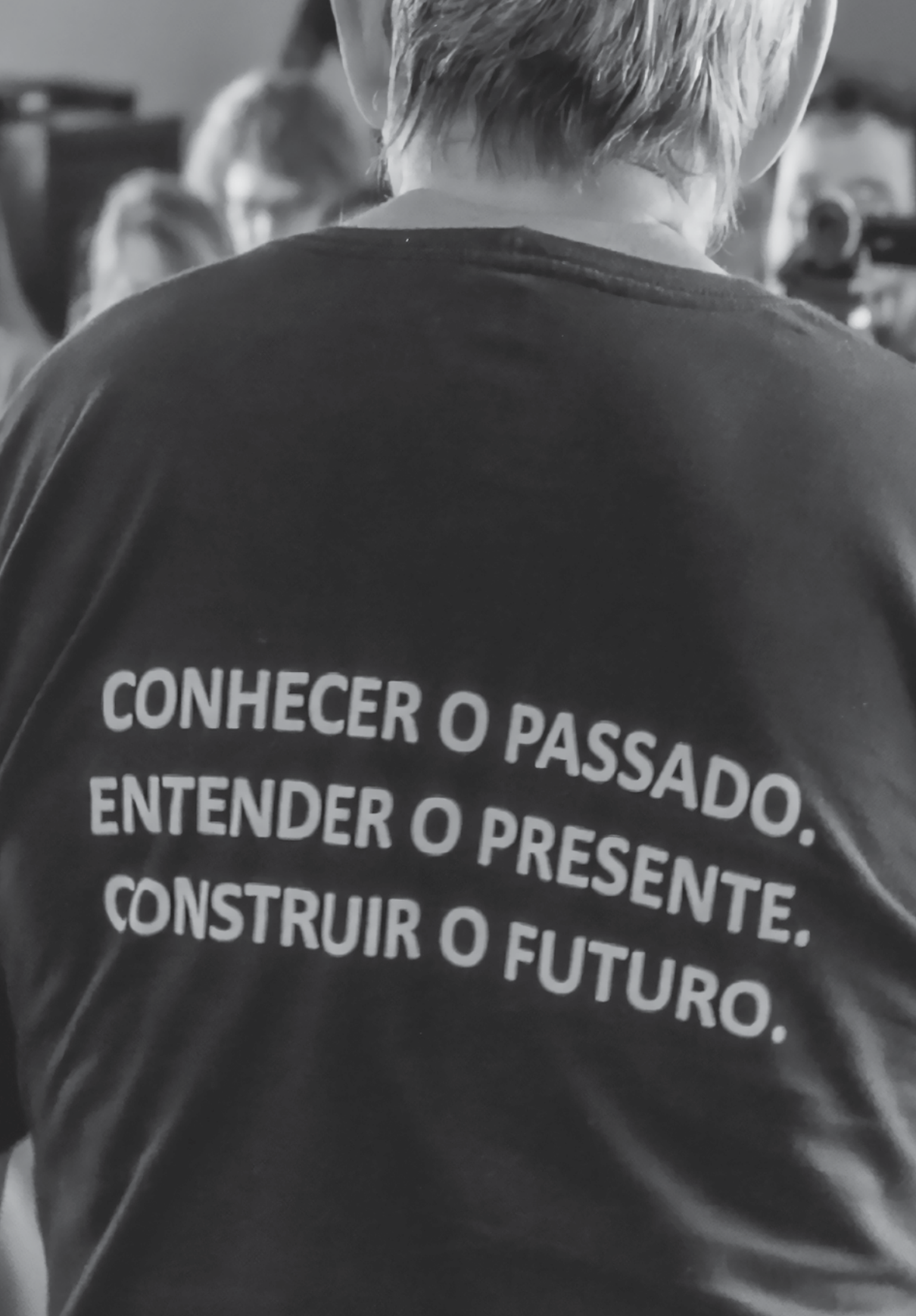




CONHECER O **PASSADO**  
ENTENDER O **PRESENTE**  
CONSTRUIR O **FUTURO**

A história e a memória do  
Núcleo de Preservação  
da Memória Política

A black and white photograph showing the back of a person wearing a dark t-shirt. The person's hair is short and light-colored. In the background, other people are visible, including one holding a camera. The t-shirt has three lines of white text printed on it, slanted upwards from left to right.

**CONHECER O PASSADO.  
ENTENDER O PRESENTE.  
CONSTRUIR O FUTURO.**



CONHECER O PASSADO.  
ENTENDER O PRESENTE.  
CONSTRUIR O FUTURO.

A história e a memória do  
Núcleo de Preservação  
da Memória Política

1ª Edição  
Núcleo Memória  
São Paulo • 2026

Copyright © 2026 – Núcleo de Preservação da Memória Política

Distribuição Gratuita – Venda Proibida

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida, por qualquer meio ou forma, seja eletrônico, mecânico, fotográfico, gravação ou qualquer outro, sem a autorização expressa do Núcleo de Preservação da Memória Política.

1ª Edição: fevereiro de 2026

Versão revista, ampliada e com novo título da obra *Uma trajetória por Verdade, Memória e Justiça: memória institucional do Núcleo de Preservação da Memória Política (2009-2017)* - lançada em 2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Núcleo Memória

Conhecer o passado: entender o presente :  
construir o futuro : a história e a memória do Núcleo  
de Preservação da Memória Política / Núcleo Memória.  
-- São Paulo : Núcleo Memória, 2026.

Bibliografia.

ISBN 978-85-54940-01-0

1. Ditadura - Brasil - História - 1964-1985  
2. Ditadura militar 3. Memória 4. Política - Brasil -  
História 5. Preservação histórica I. Título.

25-321379.0

CDD-320.9

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Ditaduras : História política 320.9

1. Ditaduras : História política 320.9

Suelen Silva Araújo Oliveira - Bibliotecária - CRB-8/11482

# SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
NO QUE ACREDITAMOS.....	11
NOSSA HISTÓRIA.....	13
CONSTRUINDO A NOSSA MEMÓRIA .....	17
O NÚCLEO MEMÓRIA EM AÇÃO .....	19
Projeto Sábados Resistentes.....	21
Assessorias .....	22
Ciclos de Cinema.....	23
Documentário “1964: Um Golpe Contra o Brasil” .....	24
Curso “Ditadura: História e Memória” e suas diferentes edições .....	24
Memorial da Luta pela Justiça .....	27
Campanhas .....	29
A luta pela criação de um centro de memória no antigo DOI-Codi .....	30
Palestras e rodas de conversa em escolas e universidades.....	33
Projeto Expositivo “Ausências Brasil” .....	33
Ato Unificado Ditadura Nunca Mais e Caminhada do Silêncio .....	35
PARTICIPAÇÃO EM REDES NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	39
Coalizão Internacional de Sítios de Consciência (ICSC) .....	39
Rede Latino-Americana e Caribenha de Sítios de Consciência (Reslac) .....	40
Rede Brasileira de Lugares de Memória (Rebralum).....	40
Coalizão Brasil Por Memória, Verdade, Justiça e Reparação .....	42
ENTREVISTAS.....	43
POSFÁCIO.....	57
CRONOLOGIA .....	59
PUBLICAÇÕES.....	65
QUEM FAZ PARTE DO NÚCLEO MEMÓRIA.....	69
CONTATO .....	71



# PREFÁCIO

**E**m maio de 2009, um grupo de ex-presos políticos, todos membros do então Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, decidiu dedicar seus esforços e suas poucas economias, oriundas das reparações recebidas do Estado, para constituir uma entidade que tivesse como objetivo realizar ações educativas e culturais para lembrar, aos mais jovens — aqueles que tiveram a sorte de nascer depois do fim da ditadura militar —, o que tinha sido aquele período nefasto da história do país.

Foi assim que surgiu o Núcleo de Preservação da Memória Política, ou simplesmente Núcleo Memória, que no ano de 2025 completou 16 anos de existência, tornando-se, ao longo dos anos, uma referência para aqueles que fazem da difusão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação os fundamentos norteadores para a consolidação de valores e princípios democráticos que ansiamos para o nosso país.

O relato que trazemos aqui é uma síntese das ações desenvolvidas pela equipe do Núcleo Memória ao longo do tempo e tem como fundamento documentar a memória institucional da entidade nos seus primeiros 16 anos de existência.

Entregar esta nossa memória aos leitores significa o nosso compromisso em escutar e amplificar as experiências das vítimas — um dos fundamentos da Justiça de Transição que o país ainda precisa conduzir — e somar esforços com aqueles que enfrentaram e ainda enfrentam

um processo de silenciamento e invisibilização. Nesta tarefa, felizmente, não estamos sós. Durante esses anos, temos mantido vínculos com importantes instituições, tanto nacionais como internacionais. Juntamente com estes parceiros, contribuímos, cada um à sua maneira, para o conhecimento da história, a compreensão do presente e, principalmente, pela luta em prol da construção de um futuro mais justo, menos desigual e que se guie pelos valores da democracia.

O Núcleo Memória se orgulha de ter sido a primeira entidade brasileira a se tornar membro da Rede Latino-Americana e Caribenha de Sítios de Memória (Reslac), assim como da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência (ICSC), com sede em Nova Iorque.

A partir de 2019, ajudamos a fundar a Rede Brasileira de Lugares de Memória (Rebralum), o que potencializa sobremaneira a nossa luta conjunta pela preservação de lugares de memória pelo Brasil. Juntamente com esta rede, desenvolvemos uma política de *advocacy* para que se promulgue no país políticas públicas de desenvolvimento e proteção de espaços museais ou memoriais que valorizem a luta dos brasileiros e brasileiras que lutaram pela consolidação de princípios democráticos, de valorização dos Direitos Humanos, da Cidadania e da Justiça Social.

Ainda em 2019, nossos esforços foram reconhecidos ao termos recebido, da Secretaria de Estado da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, a qualificação de Organização Social de Cultura (OSC), possibilitando que o Núcleo Memória gerencie equipamentos culturais junto ao Governo.

Em 2024, para coroar nossos primeiros 15 anos de existência, recebemos das mãos da Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania o Prêmio de Direito à Memória e à Verdade Alceri Maria Gomes da Silva — um troféu que representa o reconhecimento de nossa luta.

Mas toda a nossa dedicação a este tema tão importante não teria sido possível sem a colaboração que recebemos ao longo dos anos de diversas pessoas que compuseram e compõem a nossa equipe, Conselhos, parceiros e de nossos amigos e apoiadores — enfim, de todos os que acreditam que é fundamental articular propostas e ações para que o sonho do NUNCA MAIS se torne realidade.

Desejamos uma boa leitura e agradecemos novamente a todos e todas que possibilitaram chegarmos até aqui com a sensação de dever cumprido, ao mesmo tempo em que ansiamos por fazermos cada vez mais!

Um abraço de  
Maurice Politi, Diretor Executivo  
Kátia Felipini, Diretora Técnica  
e de toda a equipe do Núcleo Memória



# NO QUE ACREDITAMOS

**O** Núcleo Memória tem como missão contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e pacífica. Para isso, promove a memória política, incentiva a cidadania ativa e defende os valores democráticos como pilares fundamentais da convivência social.

Buscamos ser referência na aplicação dos princípios da Justiça de Transição, atuando de forma incisiva na formulação de políticas públicas voltadas à defesa dos Direitos Humanos e à consolidação de uma sociedade democrática e pacífica.

Nossos valores são pautados na Ética e compromisso social; Memória, Verdade e Justiça; Enfrentamento à impunidade; Respeito à vida; Valorização das minorias; Liberdade de expressão; Transparência; e Tolerância.

Temos como objetivos gerir equipamentos culturais e museológicos voltados à preservação da memória política e à defesa dos Direitos Humanos; colaborar no fortalecimento da cidadania por meio da disseminação de informações e atividades educativas-culturais; fomentar redes de lugares de memória em âmbito nacional e internacional; e apoiar a formulação de políticas públicas em conjunto com grupos decisórios.



# NOSSA HISTÓRIA

**A** memória política e a democracia são processos em constante construção. A luta pelo reconhecimento das vítimas da repressão e pela preservação da memória é fundamental para fortalecer as democracias, permitindo que o conceito do “Nunca Mais” seja de conhecimento geral. Nesse sentido, a memória desempenha um papel essencial na Justiça de Transição, pois sem o reconhecimento dos crimes cometidos pelo Estado não há reparação real para as vítimas e suas famílias.

Foi nesse contexto que, em 2001, foi criado por ex-presos e perseguidos políticos da ditadura militar o Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo.

Uma das iniciativas mais marcantes desse período foi o 1º Congresso de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, realizado em dezembro de 2007. O evento reuniu cerca de 700 participantes e representantes de 14 estados, em parceria com o Grupo Tortura Nunca Mais, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo, a Comissão de Anistia e o Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana (Condepe), contando ainda com apoio dos governos federal e estadual, e de diversos vereadores. O congresso teve como objetivo fortalecer a luta por Verdade e Justiça e consolidar a democracia, utilizando a memória e a história como ferramentas fundamentais.



Idíbal Pivetta e Raphael Martinelli no 1º Congresso de Ex-Presos e Perseguidos Políticos, em 2007.  
Fonte: Acervo NM

Entre os anos de 2007 e 2008, os futuros fundadores do Núcleo Memória — entre eles Ivan Seixas, Maurice Politi e Raphael Martinelli — atuavam como diretores do Fórum. Nesse período, ampliaram os debates sobre memória política e fortaleceram o diálogo com diferentes setores da sociedade, incluindo o Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas e a Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC).

Nesse mesmo período, foi intensificado o processo para a transformação do então Memorial da Liberdade, localizado no antigo prédio do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), no atual Memorial da Resistência. O Fórum teve participação ativa nesse processo, consolidando uma forte parceria entre ex-presos políticos e o Memorial. Foi nesse contexto que a APAC contratou o grupo para realizar o projeto Sábados Resistentes e assessorar a equipe de implantação do Memorial da Resistência, incluindo visitas educativas no local, que desde então tem desenvolvido diversos projetos voltados à preservação da memória política.

A criação formal do Núcleo Memória se deu em 09 de maio de 2009. Da origem do Fórum, herdou o caráter coletivo e a vivência dos ex-presos políticos; do Memorial da Resistência, uma parceria longa, ampliando o diálogo com a juventude e o compartilhamento da memória da resistência à ditadura militar.

Seus membros fundadores eram, em sua maioria, ex-militantes de organizações e partidos que lutaram no combate à ditadura militar, unidos a outros defensores dos Direitos Humanos, que tinham em comum o objetivo de promover atividades de educação, cultura e memória política a partir da perspectiva dos protagonistas da resistência.

Entre os fundadores do Núcleo Memória estão Alípio Raimundo Vianna Freire (jornalista, PCdoB e Ala Vermelha), Ary Almeida Normanha (designer gráfico e editor, ALN), Cloves de Castro (operário, PCB e ALN), Elza Ferreira Lobo (educadora, AP), Francisco Ferreira de Oliveira (operário, PCB e ALN), Ivan Akselrud de Seixas (jornalista, MRT), Manoel Cyrillo de Oliveira Netto (publicitário, ALN), Maurice Politi (administrador, movimento estudantil e ALN), Raphael Martinelli (ferroviário, ALN), Rita Maria de Miranda Sipahi (advogada, movimento estudantil e AP) e Rui Gerbi Veiga (jornalista, PCB e ALN), todos ex-presos políticos. Além deles, também participaram Tatiana Merlino Dias de Almeida (jornalista) e Vanessa Gonçalves da Silva (historiadora), dentre outros importantes colaboradores, representando uma nova geração de militantes.

Desde então, as ações do Núcleo Memória têm se voltado para a denúncia da ditadura militar, suas consequências e permanências no presente, além da difusão da história das lutas políticas. Para seus membros, é essencial lembrar, contar e debater essas memórias com as novas gerações, colaborando para que a luta pela Verdade e Justiça permaneça viva.



# CONSTRUINDO A NOSSA MEMÓRIA

**E**m 2017, o Núcleo Memória iniciou seu projeto de memória institucional como parte de um processo de amadurecimento e fortalecimento de sua trajetória. Diante da necessidade de centralizar informações e organizar arquivos digitais e físicos, o projeto foi concebido para garantir a preservação da história da entidade e facilitar o acesso ao seu acervo. O planejamento estratégico daquele ano também permitiu um olhar aprofundado para o passado, possibilitando uma reflexão sobre as particularidades, conquistas e desafios que moldaram a atuação do Núcleo ao longo do tempo.

Para estruturar essa iniciativa, foram definidas três linhas de atuação prioritárias:

**Coleta de testemunhos** dos membros fundadores, conselheiros e diretores, assegurando que suas experiências e memórias fossem registradas e compartilhadas.

**Organização dos arquivos** digitais e físicos, incluindo biblioteca, videoteca e galeria de fotos online (Flickr), garantindo a preservação e o acesso ao acervo documental.

**Estruturação de uma cronologia** que destacasse as lutas por Memória, Verdade, Justiça e Reparação na cidade de São Paulo, onde o Núcleo Memória está sediado, contextualizando sua atuação no cenário político e social.

Desde o início, o projeto estabeleceu metas concretas, como a realização de três entrevistas com membros fundadores, a organização do acervo e o registro das ações desenvolvidas pelo Núcleo. Como resultado dessa primeira etapa, foi possível consolidar e publicar um livro institucional (2017), fruto de uma extensa pesquisa, organização de dados e produção de textos. Esse primeiro material foi organizado com colaboração de Caroline Menezes, Julia Gumieri, Katia Neves, Marília Bonas, José Luiz Olmos, Ana Paula Brito, Paula Salles, Gabriela Beraldo, Bruno Inocencio, Maurice Politi e Oswaldo de Oliveira Santos Junior.

Mais do que um esforço de sistematização, o projeto de memória institucional reafirma o compromisso do Núcleo Memória com a preservação e a difusão da história das lutas por justiça e Direitos Humanos no Brasil. Ele também serve como um convite à reflexão sobre o papel da memória na construção do presente e do futuro, reforçando a importância de manter vivas as vozes daqueles que resistiram e ainda resistem.

Ao final do livro, o leitor encontrará disponíveis as entrevistas realizadas com os membros fundadores do Núcleo Memória, bem como a cronologia acima citada.

# O NÚCLEO MEMÓRIA EM AÇÃO

**O**s lugares de memória, conceito elaborado pelo historiador francês Pierre Nora, são espaços que transcendem a materialidade física para se tornarem símbolos de identidade coletiva e referências históricas. Eles são “restos” de um passado que se busca preservar, especialmente em sociedades que enfrentaram traumas profundos, como as ditaduras militares na América Latina. Assim, os lugares de memória funcionam como lugares de testemunho porque tornam pública e legível a memória de grupos historicamente silenciados ou perseguidos. Eles testemunham não apenas o que ocorreu, mas também como essas experiências foram vividas, lembradas, celebradas ou combatidas. Ao analisá-los, os historiadores não apenas descrevem fatos do passado, mas investigam como a memória é construída socialmente, como se inscreve nos espaços, nas instituições e nas práticas culturais. Portanto, o “lugar de memória” é, nesse sentido, também um “lugar de testemunho”: de vivências coletivas transformadas em símbolos e preservadas como parte do patrimônio memorial de uma comunidade.

A memória, como nos lembra Maurice Halbwachs, não é apenas um fenômeno individual, mas uma construção social. Ela é moldada pelos grupos aos quais pertencemos e pelas tradições que compartilhamos. É nesse contexto que os lugares de memória ganham relevância, pois eles se tornam espaços onde a memória coletiva pode ser ancorada, preservada e compartilhada com as novas gerações. Eles são, portanto, uma tentativa de resistir ao esquecimento.

No caso específico dos regimes autoritários na América Latina, os lugares de memória assumem uma função fundamental não apenas em relação ao passado, mas também ao presente e ao futuro. Esses espaços preservam a memória das vítimas de violações de Direitos Humanos, ao mesmo tempo em que promovem a reflexão crítica sobre as heranças da repressão que ainda ecoam na sociedade atual. Além disso, funcionam como instrumentos ativos na promoção de valores democráticos, contribuindo para a construção de uma cultura de Direitos Humanos. Por exemplo, antigos centros de audiências e julgamentos, como o futuro Memorial da Luta pela Justiça, buscam não apenas contar a história da repressão, mas também educar as novas gerações sobre a importância da democracia. Esses espaços são, portanto, lugares de encontro, onde memórias individuais são socializadas e transformadas em memórias coletivas, ganhando um caráter político e educativo.

A importância desses lugares de memória reside também na sua capacidade de ressignificar o passado. Eles não são meros depósitos de lembranças, mas espaços ativos de construção de narrativas que buscam confrontar as versões oficiais da história, muitas vezes marcadas pelo silêncio e pela negação. Ao trazer à tona as experiências das vítimas, esses lugares possibilitam que a sociedade enfrente seu passado de forma crítica, promovendo a justiça e a reparação.

Além disso, os lugares de memória desempenham um papel fundamental no processo de justiça transicional, caracterizado como uma etapa essencial, em sociedades que vivenciaram guerras e/ou ditaduras, para a reconstrução da memória coletiva, a superação dos traumas do passado e a prevenção da repetição de violências.

Com esse propósito, o Núcleo Memória realiza, desde 2009, diversas atividades voltadas à implantação de lugares de memória, à preservação da memória política, à defesa dos Direitos Humanos, à promoção da justiça social e à construção da cidadania.

Apresentamos, a seguir, algumas das ações realizadas pela instituição nos últimos dezesseis anos.

## Projeto Sábados Resistentes

Desde 2008, são realizados mensalmente os Sábados Resistentes, uma parceria do Memorial da Resistência com o Núcleo Memória, que busca proporcionar reflexões sobre grandes temas que mobilizam as lutas do povo brasileiro a partir de diferentes formatos, como mesas de debates, exibição de filmes, apresentação de peças de teatro e lançamento de livros. Os encontros contam com a participação diversa, tais como intelectuais, militantes, ex-presos políticos e representantes de organizações populares e de instituições governamentais.

Originalmente promovido pelo Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, com o apoio da APAC, o projeto passou, a partir de 2009, a ser gerido conjuntamente pelo Núcleo Memória e pelo Memorial da Resistência. Os dois trabalham em conjunto com a curadoria dos temas e a divulgação. O Núcleo é responsável pela organização e transmissão dos eventos, enquanto o Memorial oferece a estrutura física e o apoio financeiro.

Graças a essa parceria duradoura, o Núcleo Memória e o Memorial da Resistência de São Paulo se consolidaram como referências na promoção da educação em Direitos Humanos. Esse modelo inspirou iniciativas semelhantes em diversas partes do Brasil, demonstrando a importância da união entre a sociedade civil, que reivindica e se apropria do espaço público, e as instituições, que reconhecem e valorizam o trabalho compartilhado na preservação da memória política da ditadura militar e da contemporaneidade.



Sábado Resistente que homenageou a companheira Dulce Maia, em 2017. Fonte: Acervo NM

## Assessorias

O Núcleo Memória colabora na criação de instituições em lugares de memória, oferecendo consultoria para projetos voltados à preservação da memória, justiça e educação para a cidadania. Dentre outros projetos, prestou assessoria a diversas iniciativas, como o Memorial da Resistência de São Paulo, logo em sua fase inicial, contribuindo para sua consolidação como um espaço fundamental para a reflexão sobre as graves violações de Direitos Humanos no Brasil; o Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos, em Barra Mansa, RJ; e o Lugar de Memória – LUME, em Curitiba, PR.



Maurice Politi (NM) e Katia Felipini (MRSP), Salvador, em 2013. Fonte: Acervo NM

Em 2013, participou de um seminário visando à criação do Memorial Carlos Marighella, em Salvador, Bahia.

O Núcleo Memória também é cogestor com a OAB-SP para a implementação do Memorial da Luta pela Justiça, um projeto que busca recuperar e dar visibilidade às histórias de resistência e luta por justiça no país.

Desde 2022, participa do processo de implementação de um memorial na Casa da Morte, localizada em Petrópolis, no Rio de Janeiro, local que funcionou como um centro clandestino de tortura e assassinatos.

Com o compromisso contínuo com a Verdade, Memória, Justiça e Reparação, o Núcleo Memória reforça a importância da Memória, recuperação histórica e da conscientização social. Através de suas assessorias e projetos, busca contribuir para a construção de uma sociedade que reconheça as marcas do passado e trabalhe para a não repetição das violências de Estado, fortalecendo a democracia e os direitos fundamentais.

### **Ciclos de Cinema**

Como parte da proposta do Núcleo Memória de educar em Direitos Humanos, foram organizados ciclos de cinema abertos ao público. Cada edição buscou trazer filmes nacionais e estrangeiros.

Entre os anos de 2010 e 2012, foi realizado anualmente o projeto “Cinema e Memória”, na sala Sérgio Cardoso do antigo Cine Bijou, atual Teatro Studio Heleny Guariba, importante local de resistência durante a ditadura. Lá, foram projetados alguns dos filmes com temáticas sociais e revolucionárias, no período considerados subversivos.



II Ciclo de Cinema, no MLPJ, em 2016. Fonte: Acervo NM

Entre 2015 e 2016, foi organizado o Ciclo de Cinema Milton Bellintani “Justiça e Direitos Humanos” no local das antigas Auditorias Militares, onde será instalado o MLPJ, com filmes cuja temática principal era a aplicabilidade (ou não) da Justiça em relação aos Direitos Humanos.

## **Documentário “1964: Um Golpe Contra o Brasil”**

Entre 2011 e 2012, o Núcleo Memória realizou o documentário “1964: Um Golpe Contra o Brasil”, um projeto viabilizado com o apoio de uma emenda parlamentar e a cooperação da Televisão dos Trabalhadores (TVT). Dirigido pelo jornalista e ex-presidente do Núcleo, Alípio Freire, o filme reúne mais de uma dezena de entrevistas e um extenso material de pesquisa, com o objetivo de esclarecer as origens do Golpe de Estado de 1964.

Desde seu lançamento no primeiro Sábado Resistente de 2013, o documentário já foi exibido mais de uma centena de vezes em escolas, universidades, sindicatos e espaços públicos. Seu impacto levou à sua inclusão no kit “Direito à Memória e Verdade”, distribuído pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, em 2014, para mais de 1000 escolas da rede municipal. O documentário foi dividido em três partes e exibido pela TVT e está disponível no canal do YouTube do Núcleo.

## **Curso “Ditadura: História e Memória” e suas diferentes edições**

O curso “Ditadura: História e Memória”, realizado pela primeira vez em 2013, teve como objetivo traçar um panorama histórico sobre as motivações do Golpe de 1964, seus desdobramentos e consequências, discutindo detalhes da organização do Estado na época da ditadura militar.

O curso foi coordenado pelo cientista político, economista e ex-preso político Heládio José de Campos Leme.

As duas primeiras edições, realizadas em parceria com o Cursinho da Poli, foram destinadas a estudantes em fase preparatória para o vestibular. A terceira, em 2015, ocorreu no Teatro Studio Heleny Guariba, voltada para jovens e profissionais do teatro. Em 2016, o curso ocupou o prédio das antigas Auditorias Militares – futuro Memorial da Luta pela Justiça (MLPJ) –, e foi destinado a educadores.

A partir de 2018, o curso foi reformulado para atender a demandas que articulassem a história política recente aos lugares de memória. Assim surgiu o curso “Lugares de Memória e Direitos Humanos no Brasil”, com o objetivo de promover a reflexão e o aprofundamento sobre a

ditadura militar brasileira (1964-1985) e seus impactos no presente. Além disso, busca discutir a pedagogia dos lugares de memória, entendendo o patrimônio como uma ferramenta fundamental para estabelecer conexões entre passado e presente e fomentar o diálogo sobre democracia, cenário político atual e Direitos Humanos.



Alunos do curso Ditadura: História e Memória, no MLPJ, em 2016. Fonte: Acervo NM

O curso propõe uma análise crítica sobre a ditadura brasileira e suas repercussões na política contemporânea, além de explorar o conceito de lugares de memória. A programação inclui a apresentação de experiências internacionais, nacionais e locais sobre políticas de memória e preservação, destacando processos de musealização, perspectivas e debates em torno desses espaços-símbolos.

São abordados exemplos emblemáticos, como o edifício que abrigou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), atual Memorial da Resistência de São Paulo; o prédio das antigas Auditorias Militares, onde será instalado o Memorial da Luta pela Justiça; e as dependências do antigo DOI-Codi, onde ainda funciona o

36º Distrito Policial da Vila Mariana. Esses locais, entre outros, servem como marcos históricos fundamentais na cidade de São Paulo para compreender as memórias da repressão e os desafios da democracia no Brasil.

O curso é realizado anualmente em diferentes instituições, como o Museu da Cidade (2019), o Centro Cultural MariAntonia (2023), o SESC Vila Mariana (2024) e o Arquivo Histórico Municipal (2025). Nos anos de 2020 e 2021, o curso foi realizado no formato virtual, em virtude da Pandemia de Covid-19, e a partir de 2022 em formato híbrido (presencial e virtual).



O historiador e professor Carlos Fico na aula inaugural do curso Lugares de Memória e Direitos Humanos no Brasil, no Sesc Vila Mariana, em 2024. Fonte: Acervo NM

Em 2025, foi realizado no Centro de Pesquisa e Formação do SESC o curso “Vozes da Memória: Direitos Humanos e a Musealização dos Lugares de Resistência”, uma nova proposta para ampliar o debate sobre os lugares de memória, apresentando uma reflexão histórica, museológica e filosófica sobre os pressupostos dos Direitos Humanos e sua relação com os lugares de memória.

## Memorial da Luta pela Justiça



Fachada do futuro Memorial da Luta Pela Justiça, em 2013.  
Foto: Milton Bellintani. Fonte: Acervo NM

Durante a ditadura militar, aqueles que fossem contrários à ordem estabelecida eram considerados inimigos internos do Estado e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Com a implantação do Ato Institucional nº 2, em 1965, ampliou-se o poder da Justiça Militar, trazendo para sua jurisprudência os crimes políticos de civis. Esses julgamentos buscavam dar ares de legalidade aos inquiridos e processos forjados em prisões ilegais e confissões obtidas em sessões de tortura, que muitas vezes culminavam em assassinatos e desaparecimentos.

Os julgamentos eram realizados por um Conselho de Justiça, formado por quatro militares e um juiz civil.

Na Auditoria Militar de São Paulo, que esteve sediada desde 1938 na avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1249, existiram três Tribunais Militares: o primeiro, a Auditoria da Aeronáutica, o segundo, do Exército, e o terceiro, da Marinha.

Com o tempo, o prédio das antigas Auditorias Militares foi se tornando um espaço de luta e resistência. Muitos advogados que atuaram na defesa de presos políticos, assim como os próprios presos em julgamento, utilizavam a denúncia como estratégia para trazer a público as prisões e torturas realizadas pelos órgãos repressivos.

Maurice Politi, diretor executivo do Núcleo Memória, ao saber que o prédio estava desocupado desde 2007, iniciou uma série de articula-

ções para a sua transformação em um memorial. A partir daí, o prédio foi objeto de uma ação conjunta entre o Núcleo Memória, o Ministério Público Federal (MPF), a Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo (OAB-SP) e a Comissão da Verdade Rubens Paiva da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que requisitaram o prédio à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), com o apoio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF.

Em 2013, o imóvel foi cedido à OAB-SP, em parceria com o Núcleo Memória. Desde então, as instituições desenvolvem atividades para a implantação do futuro Memorial da Luta pela Justiça, de forma a torná-lo um lugar destinado à educação em Direitos Humanos e à memória da luta pela justiça.

De acordo com o Plano Museológico, concebido em 2014 e aprovado pelo Ministério da Cultura em 2015, o Memorial da Luta pela Justiça é uma instituição vocacionada para a preservação da memória sobre as lutas por justiça em um período de exceção e mesmo na contemporaneidade, com ênfase para as trajetórias de lutas e resistências pelos advogados, trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, artistas e jornalistas, bem como outros atores e segmentos sociais atingidos pela ditadura militar. Em virtude do tempo passado desde a sua concepção, o Plano Museológico foi atualizado duas vezes (2019 e 2021) e sua proposta continua coerente e imprescindível para o contexto atual.

Com vistas à constituição do seu acervo e importância da criação de repertórios para a pesquisa, desde 2016, o Núcleo Memória realiza coleta de testemunhos com atores sociais (trabalhadores, representantes de entidades sociais, advogados e ex-presos políticos de diversas categorias e organizações) que lutaram por justiça durante a ditadura.

Tendo em vista a importância do MLPJ e o interesse para sua instalação em âmbito nacional, no dia 26 de julho de 2024, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, OAB-SP e Núcleo Memória, agregando novos parceiros.

No que diz respeito ao Projeto Arquitetônico-Museológico, o partido arquitetônico da intervenção procurou dotar o conjunto, além dos

ambientes necessários às novas funções, de uma forte identidade marcada pelo diálogo – por contraste – entre os elementos de memória a serem preservados e os elementos físicos que expressam o novo uso da edificação.

Por outro lado, a dinâmica institucional no que se refere ao diálogo com a sociedade deve partir da proposição de discursos expositivos e de ações educativo-culturais, publicações e mídias eletrônicas que ampliem as potencialidades comunicacionais.

Desta forma, o MLPJ contará com exposição de longa duração e temporárias, atividades de pesquisa e Centro de Referência. O trabalho de ação educativa e pedagógica a ser nele implementado terá como escopo fundamental o que se denomina, segundo os conceitos da Justiça de Transição, como Dever da não Repetição ou do Nunca Mais. Visa, portanto, transformá-lo em um lugar onde as novas gerações que não viveram o período ditatorial no Brasil possam, com os olhos voltados para o futuro, perceber de maneira direta e criativa como era lutar por justiça em período de ausência de justiça no país.

## **Campanhas**

Nos anos de 2016 e 2017, o Núcleo Memória ampliou sua atuação por meio de duas campanhas. A primeira, elaborada entre maio e julho de 2016, com o projeto “Ocupe os Direitos Humanos”, que incluiu uma série de entrevistas com representantes de movimentos sociais e um ciclo de cinco palestras e debates realizados no local onde será instalado o MLPJ. O projeto foi concebido como uma resposta aos retrocessos na área dos Direitos Humanos observados principalmente após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Os vídeos das entrevistas e dos debates foram gravados e podem ser acessados por meio do canal do YouTube do Núcleo Memória.

A segunda, “Ruas da Vergonha”, foi criada pela agência de publicidade SHEIN, que iniciou com uma ação no dia 31 de março de 2017, nas ruas de São Paulo que homenageiam torturadores e assassinos da ditadura brasileira, alternando momentaneamente a nomenclatura destas ruas para nomes de genocidas notórios acusados de crimes de

lesa humanidade, como Adolf Hitler. O lema era: “Quem matou e torturou não pode virar nome de rua”.

O projeto seguiu coletando assinaturas pela mudança de nome dessas ruas. Ao final, mais de 1.400 pessoas foram mobilizadas pela campanha, assinando uma petição que foi entregue à Prefeitura de São Paulo e à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Em 2017, a campanha recebeu o primeiro prêmio na categoria “Ação em Via Pública” do Festival Ibero-Americano de Publicidade.



Ivan Seixas e Maurice Politi participam do Projeto Ruas da Vergonha, em 2017. Fonte: Acervo NM

### **A luta pela criação de um centro de memória no antigo DOI-Codi**

Um dos principais centros do aparato repressivo foi o DOI-Codi de São Paulo, local que se tornou um dos mais emblemáticos símbolos da violência estatal e das violações aos Direitos Humanos perpetradas pelo regime.

O DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) teve origem na Operação Bandeirante (OBAN), estabelecida em 1969 pelo Exército brasileiro, com o apoio de setores empresariais e civis favoráveis à repressão. Inicialmente concebido para centralizar informações sobre atividades consideradas “subversivas”, rapidamente se tornou um centro de tortura e extermínio.

Entre 1970 e 1975, mais de 6.700 pessoas passaram por esse local, segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, sendo que pelo menos 50 delas morreram sob sua custódia.

As pessoas eram sequestradas e levadas para o local, onde permaneciam em regime de clandestinidade e eram submetidas a torturas físicas e psicológicas extremas. Técnicas como afogamento, choques elétricos, pau de arara e outras formas brutais de violência eram amplamente utilizadas pelos agentes da repressão. Casos emblemáticos marcaram a história do DOI-Codi, como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975. Sua morte, encenada como um suposto suicídio, gerou grande repercussão nacional e internacional, reforçando as evidências das execuções extrajudiciais cometidas pelo regime. Outras vítimas incluem Manoel Fiel Filho e dezenas de militantes políticos que permanecem desaparecidos até hoje. Muitas famílias ainda buscam o paradeiro de seus entes queridos que por lá passaram e nunca mais foram vistos.

Diante da sua importância histórica como um marco das graves violações cometidas pelo Estado brasileiro, diversas organizações de Direitos Humanos mobilizaram-se para a preservação do local. Em 2014, após solicitação do ex-preso político e na época conselheiro do Núcleo Memória Ivan Seixas, ainda em 2010, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) aprovou o tombamento do prédio.

Desde 2017, o Núcleo de Preservação da Memória Política organiza visitas mediadas ao local, tendo levado mais de cinco mil pessoas até o momento a conhecerem esse espaço. As visitas são conduzidas por educadores do Núcleo Memória e contam com testemunhos de ex-presos políticos, permitindo que os participantes compreendam as dinâmicas da repressão e a importância da preservação da memória.

Outro destaque é o Grupo de Trabalho DOI-Codi, criado em 2018 pela Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo. O grupo reúne especialistas de diversas instituições, bem como ex-presos políticos e familiares, para discutir a conversão do espaço em um centro de memória.

Dentre outras atividades, como o desenvolvimento de pesquisas e coleta de testemunhos, o GT DOI-Codi tem promovido escavações arqueológicas no local, realizadas por pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que resultaram na descoberta de mais de 300 artefatos (sob a custódia da Unicamp) e inscrições históricas.



Visita mediada ao antigo DOI-Codi, em 2023. Fonte: Acervo NM



Visita mediada ao antigo DOI-Codi, em 2025. Fonte: Acervo NM

## **Palestras e rodas de conversa em escolas e universidades**

Desde sua criação, o Núcleo Memória realiza palestras, visitas mediadas e diálogos com estudantes do ensino fundamental ao superior sobre temas relacionados à ditadura militar e aos Direitos Humanos.

Diferentemente de outras iniciativas do Núcleo, esses encontros não possuem uma periodicidade fixa e acontecem ao longo de todo o ano, de forma gratuita, conforme a demanda. As rodas de conversa ocorrem, em geral, após visitas mediadas ao antigo DOI-Codi ou a convite do Memorial da Resistência, e após sessões de filmes e em exposições, criando um espaço de troca e aprofundamento sobre temáticas abordadas.

Já as palestras são realizadas em diversos espaços, incluindo o antigo DOI-Codi, o Memorial da Resistência e no local onde será instalado o MLPJ, além de escolas públicas e privadas, cursinhos populares, universidades e associações.



Roda de conversa com Maurice Politi no Colégio Santa Cruz, em 2025. Fonte: Acervo NM

## **Projeto Expositivo “Ausências Brasil”**

Desde 2021, o Núcleo Memória tem autorização do fotógrafo argentino Gustavo Germano<sup>1</sup> para montagem da exposição Ausências Brasil. A partir de 2022, é iniciado o projeto expositivo que conta, além

---

<sup>1</sup> Em 30 de agosto de 2021, por meio do Termo de Cessão em Guarda e Custódia assinado com Gustavo Germano, o Núcleo Memória tem autorização para montagem da exposição.

das fotografias, com uma série de atividades educativo-culturais, como visitas mediadas à exposição, rodas de conversa com ex-presos políticos e exibição de filmes.

A exposição Ausências Brasil reúne doze pares de fotografias, compostos a partir de álbuns antigos de famílias de vítimas da ditadura militar no Brasil (1964–1985) e de imagens atuais, produzidas em 2012 com familiares e amigos nos mesmos locais — do Ceará ao Rio Grande do Sul — evidenciando as ausências deixadas pela violência de Estado. Tanto a mostra quanto as atividades associadas buscam estimular a reflexão sobre os arbítrios, perseguições e desaparecimentos forçados, frutos da repressão em diferentes períodos históricos, inclusive na atualidade.

O projeto Ausências teve início na Argentina, em 2007, e posteriormente se expandiu para outros países da América Latina, como Uruguai e Colômbia, documentando vítimas da Operação Condor. No Brasil, foi realizado em 2012.



A exposição Ausências Brasil esteve no Centro Universitário MariAntonia, em 2025. Fonte: Acervo NM

Em 2022, o projeto expositivo foi realizado no SinproCultura, espaço cultural do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo, com apoio daquela entidade. De 2024 a 2026, por meio de duas emendas parlamentares concedidas pelo Deputado Estadual Antonio Donato, e viabilizadas pela Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas

do Estado de São Paulo, são realizadas oito mostras, todas em lugares públicos da cidade de São Paulo e região metropolitana – Centro Cultural Diadema; Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; CEU Vila Rubi; Centro MariAntonia; CEU Rosa da China; e Arquivo Histórico Municipal – e em Campinas, na Biblioteca de Obras Raras Fausto Castilho – BORA/Unicamp, e em Santos, no Instituto Histórico e Geográfico de Santos.



Roda de conversa com Maurice Politi e Dulce Muniz na inauguração da exposição Ausências Brasil, Centro Cultural de Diadema, em 2024. Fonte: Acervo NM

### **Ato Unificado Ditadura Nunca Mais e Caminhada do Silêncio**

Em 2014, completaram-se 50 anos do golpe civil-militar de 1964, e a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva organizou um ato que contou com o apoio e a adesão de 143 entidades, entre elas o Núcleo Memória. Intitulado *Ato Unificado Ditadura Nunca Mais*, o evento ocorreu de 2014 a 2019, sempre no aniversário do golpe, no pátio interno da 36ª Delegacia de Polícia da Vila Mariana, local onde funcionaram a Oban e o DOI-Codi do II Exército durante a ditadura militar. A partir de 2015, o Núcleo Memória passou a organizar o ato em conjunto com o Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça, reunindo anualmente centenas de pessoas em defesa da transformação do complexo em um memorial dedicado às vítimas do regime militar.

A partir de 2019, é criado o Movimento Vozes do Silêncio contra a Violência de Estado, uma iniciativa da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, do Núcleo Memória, do Instituto Vladimir Herzog e da PUC-SP. Contou com o apoio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/Ministério Público Federal, da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, do Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça e de entidades estudantis da PUC-SP e da USP. O objetivo do movimento foi o de congregar diversas entidades que lutam por Memória, Verdade, Justiça e Reparação e de ser uma resposta aos anseios de milhares de pessoas que se mobilizaram na realização da I Caminhada do Silêncio, no dia 31 de março daquele ano. Este evento reuniu mais de 10 mil pessoas na Praça da Paz, no Parque do Ibirapuera, que depois caminharam em silêncio, carregando velas, flores e fotos de desaparecidos políticos até o Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos, tornando-se o maior ato contra a ditadura desde 1988.

A Caminhada do Silêncio tornou-se um evento anual realizado na semana que antecede o dia 31 de março. Nas edições de 2019, 2022 e 2023, a Caminhada do Silêncio partiu da Praça da Paz, no Parque do Ibirapuera. Nos anos de 2020 e 2021, a caminhada não pôde ser realizada pelas restrições impostas pela Pandemia de Covid-19, sendo substituída por atividades virtuais, como a Vigília pela Democracia e a campanha Reinterpreta Já STF. No ano de 2024, em razão da importância da efeméride dos 60 anos do golpe, decidiu-se pelo início em frente às dependências da 36ª DP, sede do antigo DOI-Codi, seguido da tradicional caminhada em direção ao monumento. O mesmo roteiro foi realizado no ano de 2025.

O evento, que faz parte do calendário oficial da cidade e do estado de São Paulo, é organizado com a participação ativa do Núcleo Memória e do Instituto Vladimir Herzog, que representam o Movimento Vozes do Silêncio, contando ainda com o apoio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Reunindo diversas organizações da sociedade civil, movimentos sociais e mandatos parlamentares, a Caminhada do Silêncio conta com a presença de familiares de vítimas da violência de Estado, tanto do

período ditatorial quanto da atualidade, além de defensores de Direitos Humanos e figuras públicas comprometidas com a preservação da memória histórica do país.

O ato busca reafirmar a luta por Memória, Verdade, Justiça e Reparação para enfrentar questões pendentes de nossa história de violência e impunidade.



Ato Unificado Ditadura Nunca Mais, em 2019. Fonte: Acervo NM



I Caminhada do Silêncio, no Parque Ibirapuera, em 2019. Fonte: Acervo NM



# PARTICIPAÇÃO EM REDES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

A participação em redes de articulação nacional e internacional sempre foi um princípio fundamental para o Núcleo Memória. Desde sua criação, a instituição entende que o trabalho de preservação, difusão e reflexão sobre as memórias das lutas por justiça e Direitos Humanos se fortalece por meio da cooperação, da troca de experiências e da construção coletiva. Nesse sentido, o Núcleo tem buscado atuar ativamente em diferentes redes, no Brasil e no exterior, contribuindo para a consolidação de lugares de memória e para a defesa da democracia e da não repetição das violações de Direitos Humanos.

## **Coalizão Internacional de Sítios de Consciência**

Fundada em 1999, a International Coalition of Sites of Conscience (ICSC) é uma rede global de Lugares de Consciência. Com mais de 270 membros em mais de 55 países, a Coalizão busca fortalecer essas instituições fundamentais por meio de subsídios, redes de colaboração, capacitação, mecanismos de justiça transicional e *advocacy*. Seus membros e parceiros atuam em diferentes contextos históricos e sociais, abrangendo desde democracias consolidadas até países que ainda lidam com as marcas de regimes autoritários e conflitos recentes. O que une essa rede diversa é o compromisso de transformar as lições do passado em soluções inovadoras para os desafios da justiça social no presente.

## **Rede Latino-Americana e Caribenha de Sítios de Consciência (Reslac)**

O Núcleo Memória foi a primeira instituição brasileira a se tornar membro tanto da ICSC quanto da Reslac, a Rede Latino-Americana e Caribenha de Sítios de Memória. Essa rede reúne instituições que trabalham na recuperação e construção de memórias coletivas sobre graves violações de Direitos Humanos e processos de resistência ocorridos na região em períodos de terrorismo de Estado, conflitos armados internos e altos índices de impunidade. Seu objetivo central é promover a democracia e as garantias de não repetição. Em 2025, a Reslac conta com 60 membros de diferentes países, desenvolvendo projetos, iniciativas e treinamentos conjuntos que fortalecem a integração regional e a atuação coletiva.

## **Rede Brasileira de Lugares de Memória (Rebralum)**

Criada coletivamente por um grupo de entidades e instituições que trabalham com e a partir de lugares de memória, a Rede tem como compromisso promover os valores e princípios democráticos por meio da recuperação, valorização, construção e difusão das memórias coletivas sobre as violações aos Direitos Humanos e as resistências ocorridas ao longo da história do país.

A Rede busca atuar na defesa da Memória, Verdade, Justiça e Reparação, fomentando a cultura da não-repetição e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O Núcleo de Preservação da Memória Política, um dos membros fundadores da Rebralum, tem desempenhado um papel central na sua articulação. Com uma trajetória consolidada na luta pela implementação de lugares de memória, tem contribuído ativamente para a construção e o fortalecimento das políticas públicas de preservação dos lugares de memória, além de coordenar ações estratégicas e promover o intercâmbio entre as diversas entidades integrantes da Rede. Acreditamos que sua atuação tem sido fundamental na consolidação da Rebralum como um espaço de resistência e articulação coletiva para a ativação da memória e contra o esquecimento.



Encontro da Rebralum, no MLPJ, em 2019. Fonte: Acervo NM

Um exemplo disso é o esforço em buscar meios para colaborar com o desenvolvimento e a consolidação da Rede. Em 2024, o Núcleo Memória foi contemplado com emenda parlamentar da deputada federal Juliana Cardoso para o desenvolvimento do projeto "Preservação da memória política nos 60 anos do golpe: conhecer o passado; entender o presente; construir o futuro", tendo como uma de suas metas o Fortalecimento Institucional da Rebralum.

O projeto consiste na realização de ações de comunicação, com o desenvolvimento de logo e identidade visual, site e redes sociais para que possa se apresentar de forma mais assertiva e ter mais visibilidade; formalização jurídica, com a criação de CNPJ visando à sua sustentabilidade e autonomia para a inscrição de projetos em editais, leis de incentivo e outros chamamentos, além da busca por apoios e parcerias; e em pesquisa, com vistas a organizar as informações dos membros atuais, prospectar e catalogar possíveis novos membros, convidando-os a se associarem à Rebralum.

A Rebralum é composta tanto por lugares de memória constituídos formalmente, ou seja, institucionalizados, como por aqueles ainda em

luta pela implantação. Atualmente, conta com membros localizados nas diversas regiões do país. Os atuais e os possíveis novos membros podem ser acessados no site da Rebralum.

É importante sublinhar que um dos objetivos estratégicos da Rede é a ampliação e diversidade de membros, o que possibilita que diferentes organizações e grupos que atuam em ou a partir de lugares de memória que testemunharam violações de Direitos Humanos ao longo da história tenham espaço coletivo para atuação, colaborando, também, para sua consolidação.

### **Coalizão Brasil Por Memória, Verdade, Justiça e Reparação**

Organização composta por mais de 150 entidades, é voltada para a articulação e desenvolvimento de ações de incidência, pesquisa e comunicação na defesa e na promoção dos direitos à Memória, Verdade, Justiça e Reparação em relação às violências do Estado, do passado e do presente. O Núcleo Memória é uma das entidades signatárias da formação da Coalizão e possui representação na Diretoria Executiva da entidade.

# ENTREVISTAS

**E**ssas primeiras entrevistas marcaram o início de um trabalho essencial para documentar e compartilhar experiências que, se não fossem registradas, correriam o risco de se perderem no tempo. Mais do que relatos individuais, são testemunhos que nos ajudam a compreender a história recente do Brasil e a importância da luta pela democracia. Ao registrar essas memórias, reforçamos o compromisso de nunca esquecer e de seguir em defesa da verdade e da justiça.



**Maurice Politi** nasceu em 1949, no Egito, e imigrou para o Brasil em 1958. Na Universidade de São Paulo (USP), quando estudava na então Escola de Comunicações Culturais (desde 1969 passou a se chamar Escola de Comunicação e Artes), participou da criação do Diretório Acadêmico e, entre 1968 e 1970, integrou a Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi preso pela Operação Bandeirantes (OBAN) em 1970 e condenado a quatro anos de prisão. Em 1975, foi expulso do Brasil e exilou-se em Israel até 1980, retornando após a Lei da Anistia.

Atuou na defesa da memória política, organizando o I Congresso de Ex-Presos Políticos (2007) e fundando o Núcleo de Preservação da

Memória Política (2009). Entre 2009 e 2011, foi assessor na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, sendo responsável pelo projeto “Direito à Memória e a Verdade”. Desde 2012, atua como diretor executivo do Núcleo Memória.

***Núcleo Memória (NM): Poderia fazer uma apresentação sua?***

**Maurice Politi (MP):** Meu nome é Maurice Politi, nasci na cidade de Alexandria, no Egito, em 1949. Vivi lá até os nove anos de idade.

Em 1958, como resultado da Guerra de Suez, que ocorreu em 1956, houve um decreto de expulsão de estrangeiros do Egito, principalmente aqueles de origem francesa, inglesa e judaica. Minha família, assim como muitas outras, emigrou para diversas partes do mundo. Alguns parentes foram para os Estados Unidos, outros para a Europa e outros para a América do Sul, incluindo Argentina, Venezuela e Brasil.

Chegamos ao Brasil quando eu tinha oito anos, desembarcando no porto de Santos após uma longa travessia de navio. Viemos com a roupa do corpo, pois não era permitido levar bens materiais. A solução encontrada pelo meu pai foi converter o dinheiro da família em ouro e fazer pulseiras para os filhos, que, ao chegarmos ao Brasil, foram vendidas para cobrir os primeiros gastos.

Nos estabelecemos em São Paulo, no bairro da Barra Funda, e comecei meus estudos no Colégio Riachuelo. Como não falava português, repeti o primeiro ano escolar. No último ano nesse colégio, vivi o golpe militar de 1964. A memória que tenho desse dia é que não houve aula, e as crianças ficaram felizes com isso.

***NM: Nos fale sobre sua trajetória acadêmica e como se deu sua formação política.***

**MP:** Ao terminar o ginásial, meu pai decidiu, com base na recomendação de um professor, que eu deveria cursar engenharia. Ingressei no Colégio Bandeirantes, mas logo percebi que o curso científico não era

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada em 29 de setembro de 2017 por Oswaldo de Oliveira Santos Junior e Paula Salles em São Bernardo do Campo

minha vocação. Conheci jovens de esquerda e artistas, o que despertou meu interesse por outras áreas. Meu pai determinou que, se eu mudasse de colégio, deveria ir para um público. Assim, fiz prova para o Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, onde cursei o segundo e terceiro anos do curso clássico.

Foi nesse colégio que se deu minha formação política. Professores como Susana Sampaio e Antonio Benetazzo foram fundamentais nesse processo. Ali tivemos contato com obras marxistas, discutimos a realidade brasileira e participamos de manifestações estudantis, como as de 1966 contra o regime.

***NM: Como se deu sua entrada no movimento estudantil?***

**MP:** Ao concluir o secundário, fiz vestibulares para História e Comunicação. Passei nos dois e escolhi Comunicações Culturais na USP, uma faculdade nova que depois se tornou a ECA. Em 1968, participei ativamente do movimento estudantil, sendo eleito vice-presidente do diretório acadêmico.

Ainda no cursinho pré-universitário (PREUSP) me aproximei de militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e comecei em fins de 1968 a atuar no setor de apoio desta organização. Em março de 1970 fui preso pela Operação Bandeirantes devido à minha participação na Ação Libertadora Nacional (ALN). Fui condenado a 10 anos de prisão, pena posteriormente reduzida para 4 anos.

Ao ser libertado, enfrentei um processo de expulsão do país, pois ainda não havia finalizado minha naturalização brasileira. Permaneci um ano em liberdade condicional até decidir me autoexpulsar para Israel em 1975. Vivi lá por quatro anos, até a anistia de 1979.

***NM: O que aconteceu após sua volta ao Brasil?***

**MP:** Voltei ao Brasil em 1980, já casado e com filhos. Trabalhei por 26 anos em uma empresa multinacional, morando em vários países até retornar definitivamente ao Brasil em 2004. Foi então que passei a me envolver no Fórum Permanente dos Ex-presos Políticos e, posteriormente, no Núcleo Memória, que ajudei a fundar em 2009.

### ***NM: Qual o papel do Núcleo Memória?***

**MP:** O Núcleo Memória surgiu para atuar inicialmente na educação em Direitos Humanos e na preservação da memória da ditadura. Organizamos projetos como o Sábado Resistente e cursos sobre história e memória, além de contribuir para a transformação do Memorial da Liberdade em Memorial da Resistência.

Nosso grande desafio hoje é atuar em um contexto de retrocesso político e avanço de discursos conservadores. Nossa luta é para que a história da repressão seja parte da educação formal, como ocorre em outros países. O Núcleo continua resistindo, pois acreditamos que conhecer o passado é essencial para entender o presente e construir o futuro.



**Ivan Akselrud de Seixas** foi militante contra a ditadura militar desde a adolescência, participando do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Preso e torturado em 1971 pela Operação Bandeirantes, testemunhou o assassinato de seu pai durante uma sessão de tortura.

Após sua libertação em 1976, engajou-se na luta pela redemocratização, atuando no Comitê Brasileiro pela Anistia e na campanha contra a Lei de Segurança Nacional. Nos anos 1990, denunciou a vala clandestina de Perus e colaborou com investigações sobre desaparecidos políticos. Em 2009, foi um dos fundadores do Núcleo Memória. Em 2014, recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos – Menção Honrosa, permanecendo um ativo defensor da memória política.

### ***Núcleo Memória (NM)<sup>2</sup>: Poderia fazer uma breve apresentação sua?***

---

<sup>2</sup> Entrevista realizada em 06 de outubro de 2017 por Oswaldo de Oliveira Santos Junior e Paula Salles em São Bernardo do Campo

**Ivan de Seixas (IS):** De formação, sou jornalista, mas, essencialmente, sou um militante político. Atuei na militância durante a ditadura em uma organização guerrilheira, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Depois que saí da prisão, me dediquei às lutas pela reconstrução democrática, à luta pela anistia, contra a Lei de Segurança Nacional, pelas eleições diretas, pela Constituinte – enfim, todas as mobilizações ligadas à defesa da democracia. Por fim, cheguei ao Núcleo [de Preservação da Memória Política] por meio do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos.

Entrei no Fórum para contribuir, mas havia um problema sério: a luta principal do grupo era por reparação. Na época, o Politi também estava lá. Tanto ele quanto eu não estávamos focados nessa questão, embora a considerássemos importante. Por isso, criamos o Grupo de Trabalho (GT) de Memória e Política, mas percebemos que o coletivo não tinha muito interesse no tema. Vimos que essa situação poderia gerar conflitos dentro do Fórum e, por isso, saímos do GT e formamos o Núcleo, como uma entidade paralela ao Fórum. Construímos o Núcleo como um espaço de preservação da memória política.

Eu e o Maurice Politi, com a ajuda de outros companheiros, organizamos o Congresso de Ex-Presos Políticos na Praça da República, com várias atividades políticas e uma manifestação que pautava a necessidade de justiça de transição. Foi nesse processo que percebemos o quanto era fundamental nos preocuparmos com a memória e entendemos que memória também é política. Além disso, nesse mesmo período, começava a surgir o Memorial da Resistência, que foi criado em paralelo à fundação do Núcleo.

***NM: Nos conte mais sobre sua participação durante a ditadura.***

**IS:** Sou filho de dois militantes comunistas. Minha mãe era professora primária, e meu pai, mecânico. Eles se conheceram na sede do Partido Comunista, no Rio de Janeiro, e depois foram morar no Rio Grande do Sul. Três dos quatro filhos nasceram lá; meu irmão caçula nasceu no Pará. Desde que me entendo por gente, estou na luta. Nunca “entrei” para a militância, pois já nasci dentro de uma família militante de esquerda.

Nossa militância existia muito antes da ditadura – era uma luta do movimento operário pela emancipação da classe trabalhadora e pela

implantação do socialismo. Com o golpe militar, não só aqueles que já lutavam pelo socialismo, mas também outros setores da sociedade aderiram à resistência, indignados com o regime.

Meu pai era petroleiro e foi expurgado, entrando para uma lista de pessoas que não podiam conseguir emprego. Passamos fome. Para tentar escapar dessa situação, meu pai se mudou para o Rio Grande do Sul, mas continuou enfrentando dificuldades para conseguir trabalho. Apesar disso, seguiu fazendo tudo o que podia para sustentar a família e, ao mesmo tempo, manteve sua militância política.

A repressão estava muito presente em nossa vida. Um dos primeiros companheiros assassinados foi Manuel, amigo do meu pai. Ele frequentava nossa casa, mas acabou preso, torturado por três meses e assassinado.

Depois do Rio Grande do Sul, nos mudamos para São Paulo, onde meu pai tinha contatos com uma organização guerrilheira. Ele se integrou ao MRT e a família acompanhou essa trajetória. No início, eu era um militante secundário: distribuía panfletos, transportava materiais e ajudava na estrutura da organização, mas não estava totalmente comprometido. Até que decidi que queria me tornar um militante em tempo integral.

Meus pais não gostaram da decisão. Acharam que eu era muito jovem e que era perigoso – eu tinha 15 anos. Até mesmo o comandante da organização foi contra. Mas eu fui firme. Disse a ele: “Enrique” (esse era o nome de guerra dele), “não estou perguntando, estou comunicando. Se não for aqui, vou para outra organização”. Ele então cedeu, mas impôs uma condição: “Tudo bem, mas você tem que estudar”. Foi assim que entrei definitivamente para a luta clandestina.

Eu levava uma vida “legal” – ia para a escola com meu nome verdadeiro –, até que fomos capturados. Naquele momento, as duas identidades – a militante e a civil – se fundiram.

### ***NM: Em que ano você foi preso? Como foi a experiência?***

**IS:** Eu não digo que fui “preso”, porque não reconheço a autoridade jurídica da ditadura. Fui capturado no dia 16 de abril de 1971. Meu pai e eu fomos torturados até o dia seguinte, quando ele morreu, em 17 de abril.

Minha mãe e minhas irmãs também foram presas no dia 16. Elas foram colocadas em uma sala logo abaixo da nossa e ouviram tudo o que aconteceu com meu pai. Não viram, mas ouviram. Quando os agentes retiraram o corpo dele, minha mãe conseguiu vê-lo através do vitrô da sala.

Essa ideia de “porões da ditadura” não corresponde à realidade. As salas de tortura eram abertas, para serem vistas e para aterrorizar a população. O que separava as salas do ambiente externo era apenas um vitrô, e os gritos das pessoas torturadas podiam ser ouvidos o tempo todo.

Minha mãe e minhas irmãs não eram militantes como nós. Elas davam apoio, mas não estavam na linha de frente. Eu era um soldado; meu pai, um guerrilheiro. Elas ficaram presas por um ano e meio e foram soltas por falta de acusação. Já eu e meu pai tínhamos acusações formais, mas, no meu caso, não houve uma condenação oficial. Fiquei seis anos preso, até ser libertado durante o processo de abertura política.

Geisel só iniciou a abertura política porque o Brasil estava cercado por denúncias internacionais sobre violações de Direitos Humanos e queria melhorar a imagem do regime.

***NM: Depois de seis anos preso, como foi o seu retorno à sociedade?***

**IS:** Fui solto em 14 de abril de 1976. Antes de sair, passei pelo DEOPS, onde fui interrogado e filmado. No final, um delegado me disse: “Sabe que a gente vai te matar, né?”. Respondi: “Sei, mas vou dar trabalho”.

Saí acompanhado da minha irmã e do meu advogado, mas continuei sendo seguido por três anos. Dois anos depois, começou a campanha pela anistia, e me integrei ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). O CBA rompeu as proibições de reunião, manifestação e censura. Quando os exilados começaram a voltar, organizamos manifestações públicas para recebê-los. O Comitê também reuniu familiares de mortos e desaparecidos, e eu participei ativamente dessa luta, cumprindo a promessa que fiz aos militares de que lhes daria trabalho.

Assim que a luta pela anistia terminou, iniciamos uma campanha pela revogação da Lei de Segurança Nacional. O Brasil foi o único país

do mundo que usou Tribunais de Guerra para processar civis. Não conseguimos revogar a lei porque havia uma resistência dos setores liberais, mas obtivemos a redução das penas. Vale lembrar que a Lei de Anistia não libertou os presos políticos automaticamente; eles saíram com redução de pena. No entanto, conseguimos trazer de volta os exilados e clandestinos, permitindo que reassumissem seus nomes originais.

A partir desse momento, passamos a denunciar os crimes da ditadura e a identificar seus autores. No entanto, enfrentamos forte resistência. Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, que se apresentavam como democratas, defenderam a não punição dos agentes da repressão e criaram a figura dos “crimes conexos”. Isso porque a Lei de Anistia, em nenhum momento, previa perdão para os dois lados. A ditadura nunca reconheceu que havia presos políticos, logo, não admitia tortura e, portanto, não assumia a existência de torturadores.

Quando começamos a denunciar esses crimes, dando nomes e sobrenomes dos torturadores, recebemos dois recados. O primeiro veio de Ulysses e Tancredo, que deslegitimaram nossa luta, e o segundo veio dos aparelhos repressivos, como os DOI-CODIs, que passaram a promover atentados, como a bomba na OAB que matou Dona Lida Monteiro e a explosão frustrada do Riocentro. Esses dois sinais, aliados ao apoio da mídia tradicional, sufocaram nosso movimento.

Diante disso, iniciamos uma nova luta: a luta pela redemocratização do país, pelas Diretas Já, pela reformulação dos partidos. Todos que participaram dessas mobilizações estavam ligados ao CBA, e eu estava junto. Depois, veio a luta pela Constituinte e, em seguida, a campanha presidencial de 1989, com Collor e Lula. Essa trajetória não é apenas minha, é de todos nós. Sempre dando trabalho aos militares.

### ***NM: Houve um silenciamento sobre os crimes da ditadura ao longo dos anos?***

**IS:** Desde sempre houve um sufocamento dessa discussão. A ditadura ameaçava com a possibilidade de uma nova repressão, enquanto setores democratas alertavam que os militares poderiam voltar a torturar. Já a esquerda, que estava sufocada, tinha pouco espaço para resistir.

Os únicos que nunca deixaram de cobrar justiça foram os familiares de mortos e desaparecidos políticos, que sempre denunciaram a tortura e exigiram punição.

Se no início falávamos em punição e memória, hoje falamos em justiça de transição. Na Constituinte, por exemplo, esse tema não estava em pauta, mas conseguimos forçar a inserção de um parágrafo que trata da necessidade de reparação aos perseguidos e mortos pela ditadura. Foi a única referência ao tema no texto constitucional. Na campanha presidencial de 1989, o assunto também não apareceu na pauta de nenhum candidato.

Os conceitos de memória, verdade e justiça sempre foram negligenciados pelos partidos de esquerda. Memória significa reconhecer o que aconteceu, verdade é esclarecer os fatos, e justiça é punir os responsáveis pelos crimes. Mas até hoje nenhum partido assumiu essa luta. Apenas um grupo permaneceu cobrando responsabilidade ao longo dos anos.

Em 1990, por exemplo, abrimos a Vala de Perus, que revelou ao país os crimes da ditadura. Não eram apenas restos de presos políticos, mas também vítimas do Esquadrão da Morte. O que os militares faziam, isso sim, era terrorismo. A imagem daquela pilha de ossos escancarou a barbárie que a ditadura tentou esconder.

Realizamos uma CPI sobre a Vala de Perus. Mesmo sem poder formal, tivemos uma força moral enorme. Conseguimos levar militares e ex-prefeitos, como Maluf, para depor. Isso deu visibilidade à nossa causa e abriu caminho para a liberação dos arquivos do DEOPS no Rio de Janeiro e em São Paulo, durante o governo Collor. A partir disso, criamos o Arquivo do Estado de São Paulo.

Depois, surgiram a Comissão de Anistia, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos. Esses avanços foram resultado da pressão popular e da luta contínua contra o esquecimento.

***NM: O Núcleo de Preservação da Memória Política está prestes a completar 10 anos. Quais você considera os marcos mais significativos dessa trajetória?***

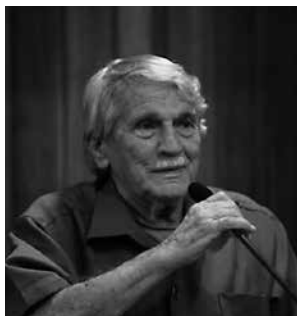
**IS:** Sem dúvida, os Sábados Resistentes são a grande marca do Núcleo. Mas também tivemos outras iniciativas importantes, como o Cine Bijou, que conseguiu unir debate político e cultura. Isso foi muito marcante.

Nos Sábados Resistentes, vivemos momentos fundamentais. Um dos episódios mais impactantes foi quando recebemos o presidente do PCdoB, Renato Rabelo, no aniversário do massacre do Araguaia. Mas, para mim, um dos eventos mais marcantes foi a discussão sobre Márcio Leite de Toledo. Ele foi um companheiro morto por outros companheiros, por um erro de avaliação, porque havia o medo de que ele pudesse trair. Esse episódio dividiu a esquerda, e eu nunca aceitei essa morte.

Decidi organizar um ato para discutir isso. Trouxemos José Dirceu, que lutou ao lado dele, a família do Márcio e companheiros de diferentes lados — tanto os que defendiam quanto os que questionavam essa execução. Foi um momento emocionante. Resgatamos sua memória e afirmamos: Márcio Leite de Toledo, presente!

O Márcio estava num limbo: não era traidor nem herói. Foi uma vítima da ditadura, que implantava o medo e o terror. Quando trouxemos sua história à tona, sua família e seus companheiros agradeceram, porque conseguimos devolvê-lo à história.

O Núcleo tem esse papel de ousadia, de enfrentar temas difíceis. Eu, Ivan, tenho orgulho de ter participado da luta armada, mas precisamos falar das falhas cometidas. Todos devemos assumir a verdade. O papel do Núcleo é justamente esse: preservar a história.



**Raphael Martinelli (1924-2023)** foi ferroviário, líder sindical e militante político. Iniciou sua carreira na Companhia São Paulo Railway e tornou-se líder sindical nos anos 1950. Foi deputado federal pelo PTB (1958-1961) e presidiu a Federação Nacional dos Ferroviários. Durante a ditadura militar, ajudou a fundar a Ação Libertadora Nacional (ALN) e foi preso

em 1970 pela Operação Bandeirantes, sendo condenado a quatro anos. Nos anos 1980, formou-se em Direito e integrou a CUT e o PT. Fundou o Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos (2001) e o Núcleo Memória (2009), dedicando-se à preservação da memória política.

***Núcleo Memória (NM)<sup>3</sup>: Como foram seus primeiros contatos com o Fórum Permanente de Ex-presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo?***

**Raphael Martinelli (RM):** A gente vivia numa ditadura militar. Nós, como políticos dispensados dos empregos — a maioria sindicalistas que perderam seus postos e foram cassados pela ditadura —, tivemos como principal luta a anistia política. Foi uma grande campanha. Para nos organizarmos, reuníamos 150 companheiros e, em determinado momento, chegamos a mais de 200 na Secretaria da Justiça de São Paulo. Percebemos que seria melhor estruturar o movimento, em vez de ser apenas um grupo disperso. Foi assim que criamos o Fórum de Ex-presos e Perseguidos Políticos. Pegamos como referência a experiência do governo do Paraná, onde o governador criou uma comissão de anistia dentro do próprio governo.

Tínhamos um bom relacionamento com o governador Mário Covas, resolvemos conversar com ele, e ele criou uma lei estadual para instituir uma comissão de anistia em São Paulo. Em 2001, chegamos à conclusão da necessidade de uma anistia paulista. Foi concedida uma indenização aos presos políticos, e estabelecemos que aqueles que tivessem passado pelo DEOPS ou DOI-Codi já tinham a tortura caracterizada. Foi a partir disso que fundamos e registramos o Fórum.

***NM: Pode nos falar mais sobre o início da sua luta política?***

**RM:** Venho de uma família de ferroviários, operários mesmo, do bairro da Lapa. Meus pais tiveram sete filhos, eu era o quinto. Comecei a estudar

---

<sup>3</sup> Entrevista realizada em 29 de setembro de 2017 por Oswaldo de Oliveira Santos Junior e Paula Salles em São Bernardo do Campo

datilografia, mas parei porque os livros eram caros. Consegui estudar, mas com dificuldades. Meus irmãos mais velhos não tiveram a mesma oportunidade, precisaram trabalhar cedo. Politicamente, sempre fui de esquerda, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entrei na ferrovia aos 16 anos, em 25 de maio de 1941, em plena guerra. Trabalhávamos todos os dias, e eu ganhava 160 mil-réis. Comecei como aprendiz de escriturário de quinta categoria (risos). Meu pai era pintor, e meus irmãos trabalhavam na fundação, como torneiro e ajustador. Eu queria mesmo era jogar futebol, jogava pelo time da ferrovia, mas fui advertido por faltar dois domingos para jogar e acabei parando por causa do trabalho.

Nosso sindicato foi criado em 1932, um dos primeiros do Brasil. Me aproximei do sindicato a partir de 1945, principalmente após Getúlio Vargas. Com a vitória dos operários na União Soviética, tivemos mais prestígio como comunistas no Brasil. Elegemos Marighella, Prestes... Conseguimos tirar os corruptos do sindicato. Em 1946, a ferrovia foi encampada pelo governo Dutra, que fechou o sindicato, acabou com tudo e colocou seus interventores.

Nessa época, eu já militava no Partido Comunista e lutava contra os pelegos que estavam no poder do sindicato. Em 1949, fizemos uma greve de 52 dias. A polícia reprimia com violência, levando todos para a delegacia. A luta seguiu. Depois, quando já era casado e morava em Jundiaí, fiz uma pichagem para comemorar o aniversário de Prestes, mas, no outro dia, percebi que escrevi "Peste" em vez de "Prestes" (risos). Tive que voltar de madrugada para corrigir.

Em 1950, organizamos um abaixo-assinado pedindo assembleia contra o sindicato. Conseguimos 200 assinaturas, levamos à Delegacia do Trabalho, e no final 400 pessoas participaram. Em 1952, fizemos uma chapa e, já no governo de Getúlio, ganhamos a eleição sindical. Sempre lutamos pela volta dos companheiros presos na greve de 1949, o que conseguimos com Jânio Quadros em 1961.

### ***NM: Como se deu sua prisão no contexto da ditadura?***

**RM:** Para contar isso, preciso voltar um pouco. Eu quis fazer uma autocrítica sobre o PCB. Como ferroviário, questionava a organização e,

assim como Marighella, tinha divergências com o partido e com Prestes sobre como deveríamos agir como revolucionários. Eu via minha categoria parada, e isso me revoltava.

Saí do partido e fundei a luta armada junto com Marighella. Queríamos mudar a política pacifista do Comitê Central do PCB. A ditadura nos obrigou a isso: prendeu, torturou, desapareceu com companheiros. Fizemos o que era possível, mesmo sem armas. Fui torturado, vi companheiros morrerem, mas sobrevivi. Continuarei lutando enquanto puder.

***NM: Pode falar sobre sua relação com Carlos Marighella?***

**RM:** Conheci Marighella por sua posição revolucionária. Ele também não estava satisfeito com Prestes. Queríamos uma educação revolucionária, aprender a nos defender, reconhecer o inimigo e saber sobreviver na prisão.

***NM: E depois da sua prisão em 1973, como foi seu trabalho?***

**RM:** Trabalhava no sindicato e era da direção da Aliança Libertadora Nacional (ALN), mas tinha que ter cuidado. A Operação Bandeirante (OBAN) me prendeu e fui torturado. Um companheiro que também estava preso acabou revelando informações, e eles descobriram meu papel na luta. Mas eu neguei tudo. Passei três anos e três meses preso, até ser libertado em 1973. Depois, decidi estudar Direito e me formei advogado.

Com a anistia pegando fogo, nos unimos pelo movimento. Fundamos o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Criamos o Memorial da Liberdade (atual Memorial da Resistência de São Paulo), reformamos as antigas celas onde fomos presos com apoio do governo estadual. Foi uma conquista.

***NM: Pode falar sobre o Grupo de Trabalho do Núcleo Memória que fazia parte do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo?***

**RM:** Trabalhamos para criar um centro de memória progressista, que hoje é o Memorial da Resistência. Muitas pessoas participaram, mas sou péssimo com nomes. Nunca guardei nomes para não os entregar sob tortura.

***NM: Como você vê o trabalho do Núcleo Memória?***

**RM:** O Núcleo tem um papel fundamental. Mostra para a juventude o que foi a ditadura. Precisamos discutir política. Espero que continuemos construindo um país melhor.

**As trajetórias de Maurice Politi, Ivan Seixas e Raphael Martinelli representam não apenas a resistência à ditadura, mas também o compromisso contínuo com a preservação da memória e a luta por justiça. Suas histórias evidenciam o papel fundamental dos ex-presos políticos na construção de iniciativas voltadas para a defesa dos Direitos Humanos, como o próprio Núcleo Memória.**

# POSFÁCIO

**E**ste livro é o registro de uma trajetória, e é também um ponto de partida. A história do Núcleo de Preservação da Memória Política é feita a muitas mãos, entre desafios, conquistas e reinvenções. Mais do que um resumo de nossas ações, este livro expressa uma forma de estar no mundo: um compromisso permanente com a democracia, com a memória e com a justiça.

Desde sua fundação, o Núcleo tem se dedicado a promover o diálogo entre o passado e o presente, compreendendo que preservar a memória política é um ato de resistência. Em cada projeto, curso, exposição, visita mediada, campanha ou ação educativa, reafirma-se a convicção de que a cidadania se constrói cotidianamente, no exercício da escuta, na valorização das experiências e na defesa dos Direitos Humanos.

Contar essa história é também afirmar que nenhuma conquista democrática é definitiva. A capacidade de adaptação do Núcleo Memória, sem abrir mão de seus princípios, é o que permite que a entidade siga viva e atuante. O compromisso com a Memória, Verdade, Justiça e Reparação continua sendo o eixo central de nossa atuação, colaborando para a criação de lugares de memória, a elaboração de políticas públicas relacionadas à Memória, o fortalecimento de redes e a formação de novas gerações comprometidas com os valores democráticos.

Este livro, portanto, não busca apenas registrar um percurso, mas inspirar outros. Queremos mostrar que é possível construir uma cida-

dania ativa e participativa a partir da memória, que o trabalho com a educação, a cultura e os Direitos Humanos pode e deve ser um instrumento de mudança social.

Que este livro sirva, portanto, como testemunho e convite. Testemunho de uma trajetória que reafirma o valor da memória como fundamento da democracia; e convite para que novas instituições, coletivos e pessoas se unam na tarefa comum de preservar, refletir e agir. Porque conhecer o passado, entender o presente e construir o futuro são movimentos inseparáveis, e é neles que reside a força de toda transformação.

**Equipe do Núcleo de Preservação da Memória Política**

São Paulo, fevereiro de 2026.

# CRONOLOGIA

**E**ssa cronologia busca mostrar alguns dos marcos alcançados até agora na luta contínua pela Memória, Verdade e Justiça e Reparação em São Paulo e no Brasil. Desde a criação de comissões e grupos de resistência durante a ditadura até iniciativas recentes de reconhecimento e preservação da história, cada evento reforça a necessidade de lembrar o passado para fortalecer a democracia. Abertura de arquivos, tombamento de espaços de repressão, campanhas e homenagens às vítimas e sobreviventes demonstram o compromisso com a verdade histórica e os Direitos Humanos.

**1972** – A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo é fundada pelo arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns.

**1975** – Criação da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo.

**1975** – A carta-denúncia conhecida como “Bagulhão” foi produzida por 35 presos políticos no Presídio do Barro Branco, em São Paulo. Foi a primeira denúncia pública e coletiva de presos políticos contra seus torturadores, tornando-se um marco na resistência à ditadura.

**1978** – Luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

**1979** – A Lei de Anistia é sancionada em 28 de agosto.

**1979** – Santo Dias da Silva, operário metalúrgico, é morto pela Polícia Militar em um piquete em frente à fábrica Silvânia, em Santo Amaro. Desde então, um ato em sua homenagem é realizado no local.

**1985** – O projeto *Brasil: Nunca Mais* torna públicas as denúncias de tortura, mortes e desaparecimentos da ditadura.

**1985** – Tombamento do Arco do Presídio Tiradentes.

**1987** – O Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo é reconhecido e registrado como uma entidade da sociedade civil.

**1988** – A promulgação da Constituição de 1988 foi um dos principais marcos na transição para a democracia.

**1990** – Abertura da Vala de Perus, em São Paulo, e instalação da CPI na Câmara Municipal para investigar as ossadas encontradas.

**1993** – Inauguração do Monumento Tortura Nunca Mais, em Recife (PE). A obra é considerada o primeiro monumento dedicado à memória dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar.

**1994** – Abertura dos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP) no Arquivo Público do Estado de São Paulo, considerado o primeiro arquivo da ditadura aberto ao público.

**1995** – Instalação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.

**1995** – Elaboração do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*.

**1999** – Escultura em homenagem a Carlos Marighella é colocada próxima ao número 800 da Alameda Casa Branca.

**2001** – Lei Estadual Paulista nº 10.726 autoriza indenização para pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31/03/1964 a 15/08/1979.

**2001** – Fundação do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos.

**2001** – Instalação da Comissão de Anistia pelo Ministério da Justiça.

**2002** – Inauguração do Memorial da Liberdade, fundado no antigo DEOPS-SP.

**2007** – Acontece em São Paulo o I Congresso Estadual de Presos e Perseguidos Políticos.

**2007** – Lançamento do projeto *Memória Oposição Metalúrgica de São Paulo*.

**2008** – Audiência pública promovida pelo Ministério da Justiça, em 31 de julho, em Brasília, sobre a punição aos torturadores da ditadura. Participaram Ivan Seixas e Raphael Martinelli, ambos representando o Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo.

**2008** – Lançamento do livro *Direito à Memória e à Verdade*.

**2009** – Fundação do Memorial da Resistência, anteriormente chamado de Memorial da Liberdade.

**2009** – Lançamento do portal *Memórias Reveladas*.

**2009** – Fundação do Núcleo de Preservação da Memória Política.

**2009** – Criação do Instituto Vladimir Herzog.

**2011** – Fundação do Comitê Paulista de Memória, Verdade e Justiça.

**2012** – Fundação da Comissão Nacional da Verdade.

**2012** – Criação da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva.

**2013** – Assinatura do termo de cessão do prédio onde funcionavam as auditorias militares de São Paulo para a OAB-SP, em parceria com o Núcleo Memória, para transformação do espaço em Memorial da Luta pela Justiça.

**2013** – Fundação da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog.

**2014** – Tombamento, pelo Condephaat, do prédio onde funcionou a Operação Bandeirante, antigo DOI-Codi.

**2014** – Publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

**2014** – Inauguração do Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos, no Parque do Ibirapuera em São Paulo.

**2016** – Lançamento da campanha *Ocupe os Direitos Humanos*.

**2017** – Campanha publicitária *Ruas da Vergonha* ganha prêmio.

**2017** – Realização da exposição temporária *Vozes da Defesa* no futuro Memorial da Luta pela Justiça.

**2019** – Primeira *Caminhada do Silêncio*.

**2019** – Criação da Rede Brasileira de Lugares de Memória.

**2022** – Criação da Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia, que congrega mais de 150 entidades, coletivos e movimentos sociais de Direitos Humanos.

**2023** – Primeiro Prêmio Memória e Resistência, iniciativa do Núcleo Memória em parceria com o Memorial da Resistência, visando homenagear aqueles que enfrentaram a ditadura militar e, em seguida, dedicaram suas vidas à promoção da democracia, cidadania e preservação da memória histórica do país.

**2024** – Encerramento do caso do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. Foram presos Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro; Chiquinho Brazão (União Brasil-RJ), deputado federal; e Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

**2024** – Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a OAB-SP, o Núcleo Memória, o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria de Relações Institucionais para agilizar a implantação do Memorial da Luta pela Justiça.

**2024** – O Núcleo Memória é contemplado pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo com o Prêmio Cultura Viva.

**2024** – O Núcleo Memória recebe o 8º Prêmio de Direito à Memória e à Verdade Alceri Maria Gomes da Silva.

**2024** – A Comissão de Anistia concede a primeira reparação coletiva, pedindo desculpas formais do Estado brasileiro por perseguição durante a ditadura militar aos indígenas do povo Krenak, do leste de Minas Gerais e aos indígenas do povo Guarani Kaiowá, que ocupam um território em Mato Grosso do Sul.

**2025** – O Estado brasileiro, representado pela ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Macaé Evaristo, pediu desculpas formais aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos e à sociedade pela negligência no tratamento dos remanescentes ósseos da Vala de Perus.

**2025** – A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos iniciou a entrega das certidões de óbito retificadas aos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Agora consta que a morte foi de causa não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro. O documento registra que o falecimento ocorreu no contexto de perseguição sistemática a opositores políticos pelo regime ditatorial, corrigindo causas falsas anteriores, como suicídio ou acidentes.

**2025** - O ex-presidente da República, Jair Bolsonaro e outros sete aliados, incluindo militares, foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal por tentativa de Golpe de Estado. Esta é a primeira vez que um ex-presidente foi ao banco dos réus por cometer crimes contra o Estado Democrático de Direito.



# PUBLICAÇÕES

## Artigos

POLITI, Maurice; SEIXAS, Ivan. Os elos que vinculam as vivências encarceradas com as perspectivas de comunicação museológica: o olhar dos ex-presos políticos. In: MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. *Memorial da Resistência de São Paulo*. São Paulo: Pinacoteca, 2009.

POLITI, Maurice; SEIXAS, Ivan. A resistência armada na luta contra a opressão. In: SILVA, Haike R. Kleber da (org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora UNESP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

## Cartilhas

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *Cartilha atualizada do DOI-Codi*. [s.l.], [s.d.].

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *Memória institucional do Núcleo Memória* (versão anterior). [s.l.], [s.d.].

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *4º Ato unificado - Ditadura nunca mais: pela transformação das dependências do DOI-Codi em Memorial*. São Paulo, abr. 2017.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *40 anos da Guerrilha do Araguaia*. [s.l.], [s.d.].

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *A Comissão da Verdade – por quê, o que é, o que temos de fazer?* [s.l.], [s.d.].

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA; COALISIÓN INTERNACIONAL DE SÍTIOS DE CONCIENCIA. *Antônio Raymundo de Lucena*. [s.l.], [s.d.].

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *Farid Helou: uma arquitetura da revolução*. São Paulo, 2016.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *Marquito – guerrilheiro do 1º de Maio*. [s.l.], [s.d.].

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *Movimento Revolucionário Tiradentes – A guerrilha operária*. [s.l.], [s.d.].

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA; COALISIÓN INTERNACIONAL DE SÍTIOS DE CONCIENCIA. *O golpe, a ditadura, o terrorismo de Estado*. [s.l.], [s.d.].

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *Três vidas de militância: Apolônio, Frati e Grabois – 100 anos*. São Paulo, set. 2012.

Livros (apoios e realizações)

BRITO, Ana Paula. *Escrachos aos torturadores da ditadura*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

BRITO, Ana Paula (org.). *Memorial da Luta pela Justiça: histórico da retomada do prédio e resultados preliminares do projeto de implantação*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

PIMENTA, Edileuza; TEIXEIRA, Edson. *Virgílio Gomes da Silva – de retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena Editorial, 2009.

POLITI, Maurice. *Resistência atrás das grades*. São Paulo: Plena Editorial, 2009.

## Vídeos

FÓRUM DE EX-PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO; NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *Memorial da Resistência de São Paulo*. São Paulo, 2009. (Vídeo institucional).

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *Projeto “Ocupe os Direitos Humanos”*. São Paulo, 2016. (Vídeo de intervenção).

Entrevistados: Anivaldo Padilha, Douglas Belchior, Franklin Felix, Gianfranco Graziola, Ivan Seixas, Jacqueline Sinhoretto, Leonardo Duarte, Luis Nassif, Sônia Coelho.  
NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA. *Projeto Cine Bijou – cinema e memória*. 3. ed. São Paulo, 2013. (Vídeo institucional).

**Documentário (correalização com TVT – TV dos Trabalhadores)**

FREIRE, Alípio. *1964 – Um golpe contra o Brasil*. São Paulo, 2013. (Documentário).

**Documento técnico**

MEMORIAL DA LUTA PELA JUSTIÇA. *Plano museológico: versão revisada (dezembro de 2022)*. São Paulo: Memorial da Luta pela Justiça; Núcleo de Preservação da Memória Política, 2023.



# QUEM FAZ PARTE DO NÚCLEO MEMÓRIA

## **Diretor Executivo**

Maurice Politi

## **Diretora Técnica**

Katia Regina Felipini Neves

## **Educador e Pesquisador**

César Novelli Rodrigues

## **Assistente Administrativa**

Viviane Candido

## **Coordenadora de Projetos e Captação de Recursos**

Wendy Villalobos

## **Colaborador**

Oswaldo Oliveira Santos Junior

## **Comunicação**

Agência Jacarandá

## **Produtor**

Gabriel Vighy

## **Voluntários**

Beatriz Couto

Danilo Zelic

Giuliana Zanin

## **Conselho de Administração**

Anivaldo Pereira Padilha

Dimitri Salles

Lígia de Souza Cerqueira

Marcelo Mattos Araujo

Maria Cristina Oliveira Bruno

Paulo Endo

Renan Quinalha

## **Conselho Fiscal**

Flávio de Leão Bastos Pereira

Miguel Martin Gutierrez Filho



# SEJA VOCÊ TAMBÉM UM AGENTE TRANSFORMADOR.

Sem memória, o passado não passa!

Porque ele retorna como trauma e as consequências nunca são positivas para a sociedade. Por isso, cuidar da memória é um ato político, uma responsabilidade com o presente e um compromisso com o futuro.

Agora que você conhece nossa história e todos os nossos trabalhos realizados nestes 16 primeiros anos de existência, saiba que é possível nos ajudar a mantê-los gratuitamente para toda a população. Todas as nossas atividades contam com a chancela de equipe multidisciplinar e de nossa rede de parceiros, que fazem a manutenção dos nossos trabalhos para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos.

Afinal, defender a democracia é um dever diário. E a luta pela Memória, Verdade, Justiça e Reparação é um trabalho de enfrentamento contínuo em um país vítima do esquecimento e das *fake news*.

Acesse o QR Code abaixo e faça a sua doação única ou recorrente.



# CONTATO

+55 11 2306-4801

WhatsApp 11 96335-3797

[nucleomemoria@nucleomemoria.com.br](mailto:nucleomemoria@nucleomemoria.com.br)

[www.nucleomemoria.com.br](http://www.nucleomemoria.com.br)

[@nucleomemoria](#)